



## **“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”**

**Eixo temático:** Movimentos Sociais e Serviço Social  
**Sub-eixo:** Estado, políticas sociais e movimentos sociais

### **O ESTADO ENTRE O LIBERALISMO E O NEOLIBERALISMO**

**DANIEL LUIZ PITZ**<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo apresentar algumas considerações sobre o Estado, segundo concepções liberais e neoliberais. Nesse contexto, realiza-se críticas a atual política neoliberal, demonstrando suas implicações nas últimas décadas para a sociedade brasileira. Os resultados da pesquisa demonstraram que por meio da política neoliberal o desenvolvimento da proteção social brasileira tem, ao longo da história, acompanhado o mesmo padrão dependente e desigual, inseridas em um processo estrutural que é constantemente expropriado e não garante o mínimo para a classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** Estado. Liberalismo. Neoliberalismo.

**ABSTRACT:** This article aims to present considerations about the State, according to some liberal and neoliberal conceptions. In this context, a current neoliberal policy is critically perceived, demonstrating its Brazilian implications in recent decades for society. The results of the political orientation and structural

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal De Santa Catarina

history of the Brazilian neoliberal milieu, to the protection of the social standard, along the structure of a process that is constantly expropriated and does not guarantee the minimum for the working class.

**Keywords:** State. Liberalism. Neoliberalism.

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente artigo tem por objetivo apresentar algumas discussões sobre o Estado moderno e suas vertentes liberais e neoliberais.

Demonstrar-se-á que desde a década de 1990 vem se fortalecendo no Brasil a política neoliberal, que possui a financeirização como um dos seus pilares fundamentais, ao qual possibilitou diversas contrarreformas no próprio aparelho Estatal e intensificou a exploração da classe trabalhadora.

Para a realização dessa pesquisa é utilizado a técnica bibliográfica e a sua natureza é a qualitativa.

Na primeira parte deste texto pontuamos de forma objetiva alguns aspectos da formação sócio-histórica do Brasil. Logo após, apresentaremos o debate sobre o Estado e o liberalismo. Por fim, ressaltaremos os principais aspectos da política neoliberal e seus desdobramentos para o aparelho estatal e para a classe trabalhadora.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 A formação sócio-histórica do Brasil**

Para apreender a forma como Estado brasileiro está constituídos hoje, necessitamos identificar suas especificidades históricas e resgatar acontecimentos que marcaram a

construção social, econômica e política do país.

O Estado brasileiro apesar de constituído em 1815, teve que ultrapassar vários ciclos após esse período para se consolidar como um Estado soberano. Isso tudo graças às suas especificidades do processo de colonização e de governo anteriormente realizadas. O sistema colonial é marcado pelo mercado, com a expansão da exploração comercial e pelos próprios interesses mercantilistas, convertendo as áreas descobertas, como o Brasil, em provedores de recursos e capital para os comerciantes europeus (PRADO JR., 1942, p. 25).

Os países da América Latina foram colônias produtoras que proporcionaram a progressão do fluxo de mercadorias e a amplificação dos meios de troca para o crescimento do capital internacional europeu, servindo como base para a criação da grande indústria. Portanto, com a revolução industrial determinou-se através do suporte na estrutura criada na época colonial que esse conjunto de países agora passariam a atender os interesses diretos da Inglaterra, permanecendo na produção e exportação de seus bens primários em troca de manufaturas de consumo, ao qual iniciou o processo de dívida externa desses países quando as exportações latino-americanas paralisaram e os próprios empréstimos estrangeiros disponibilizavam a capacidade de importação (MARINI, 2017, p. 327).

Ademais, Darcy Ribeiro na obra “O povo brasileiro” (1995, p. 20) identificará no povo brasileiro um novo gênero humano, oriundo do “atroz processo de fazimento do nosso povo”. Portanto, pode-se afirmar que o povo brasileiro surge de contínuos embates violentos que caracterizam a nossa história de unificação política.

O/a brasileiro/a surge no processo de separação de suas matrizes embrionárias, logo, oprimido e, também, opressor. A própria usurpação da identidade étnica, a mutação cultural e social e a redefinição do *ethos tribal* dão origem ao povo brasileiro (RIBEIRO, 1995).

Portanto, cessa-se o livre arbítrio das populações indígenas e negras, sendo submetidos a mão-de-obra servil e a uma nova sociedade integrada com uma suposta elevação sociocultural.

Segundo Ribeiro (1995, p. 131):

O brasilíndio como o afro-brasileiro existiam numa terra de ninguém, etnicamente falando, e é a partir dessa carência essencial, para livrar-se da ninguendade de não-índios, não-europeus e não-negros, que eles se vêem forçados a criar a sua própria identidade étnica: a brasileira.

Fica nítido que o povo brasileiro, em geral o latino-americano, se constituíram dos processos de desindianização do índio, de desafricanização do negro e de

deseuroperização do europeu (RIBEIRO, 1995).

A história da conquista da América leva-nos a entender que desde aquela época, e durante mais de trezentos anos, a Europa tem-se esforçado em assimilar o outro, em fazer desaparecer a alteridade dos povos latinos e em grande parte conseguiu fazê-lo. Seu modo de vida e seus valores se espalharam por todo o mundo. Como queria Colombo, os colonizados adotaram os costumes europeus (TODOROV, 1988).

Logo, os europeus demonstraram ter notáveis qualidades de flexibilidade e improvisação, que lhes permitiram impor ainda melhor, por toda parte, o seu modo de vida (TODOROV, 1988).

De fato, na realidade brasileira há total ligação entre as práticas patrimonialistas e autoritárias, ainda não superadas, com a submissão à lógica capitalista da acumulação que determina a nossa inferioridade na divisão internacional do trabalho, reforçando a nossa dependência e impedindo uma revolução industrial e tecnológica em nosso país. Para Darcy Ribeiro (1995) o principal motivo da resistência às forças inovadoras da produção ocorre pelo desinteresse da nossa burguesia nacional, ainda presente atualmente.

## 2.2 Estado e o liberalismo

O modo de produção capitalista surge após o feudalismo, sendo impulsionado pelo liberalismo que preconiza principalmente o individualismo e a forte defesa pela propriedade privada. Carnoy (1988, p. 13), ao ressaltar a ligação entre o Estado e a postura liberal, no século XX, traz o pensamento de Adam Smith “adaptada” a nova composição do capitalismo de monopólios:

Insistindo que a mão invisível do livre-mercado ainda opera mesmo no novo contexto e, conseqüentemente, que um optimum de bem-estar (o melhor para o maior número) pode ser adquirido somente permitindo à mão invisível operar o mais desembaraçada possível, esta concepção vê o Estado como portador de uma atuação não só independente da vontade geral e da vontade dos capitalistas, como também contrária ao interesse público, geral e específico. (...) Neste utilitarismo smithiano, a esfera da produção mantém-se por si mesma e organiza a sociedade. O Estado deveria ser a expressão perfeita das vontades dos homens, trabalhando somente para investir naquelas mercadorias e serviços que o sistema da livre-empresa acha não lucrativos, além das demandas públicas (defesa, rodovias e algumas formas de educação, por exemplo); impondo as leis e, como aquisição da Depressão de pós-30, utilizando a política fiscal e monetária (do ponto de vista ideal apenas um aumento constante, baseado no crescimento médio do PNB, no

suprimento monetário), para atenuar os ciclos de negócios inerentes ao desenvolvimento da livre-empresa. O “melhor Estado” é o “menor Estado”.

A intenção de Carnoy (1988) é demonstrar as teorias do Estado fundadas na perspectiva de classe, portanto, ressalta que o Estado liberal aparenta-se ao Estado de Smith, tendo que conter-se para não interferir na vida privada, preservando os direitos e as liberdades individuais da população para, assim, alcançar a felicidade plena da nação.

Percebe-se que essa concepção defende um Estado mínimo, isto é, um Estado com poucos encargos, sendo indispensável apenas a promoção da soberania nacional, a proteção da população contra violações internas e externas, bem como a criação e o amparo das instituições e obras públicas de interesse coletivo.

Além disso, a propriedade privada e a liberdade se estabelecem como princípios essenciais no capitalismo, possuindo a liberdade uma relevância orgânica vital para o liberalismo, e posteriormente se tornando uma característica da política neoliberal.

Na visão de Bobbio (2000) é preciso estabelecer uma relação entre a democracia e o liberalismo, como uma “fórmula democrático-liberal” a ser seguida como um padrão racional da ordem social que possibilitaria a livre existência do ser humano na sociedade.

O liberalismo é considerado por Bobbio (2000) superior a outras formas políticas, fundamentando como uma condição necessária ao governo democrático moderno. Logo, para o autor a ligação entre liberalismo e democracia não é apenas possível, como também necessária.

Além disso, apesar de ser reconhecido historicamente a existência de um liberalismo não democrático e uma democracia não liberal, Bobbio (2000) afirma que atualmente há inúmeros motivos para se acreditar que a democracia seja essencial para a manutenção dos direitos fundamentais e para o adequado funcionamento do Estado democrático, principalmente pela importância que todos ocupem lugares e estejam presentes nas tomadas de decisões políticas.

Frisa-se que Bobbio defende um liberalismo político, ao qual diverge do liberalismo econômico, afinal, critica fortemente o neoliberalismo que visa a degradação de direitos e da própria democracia. A defesa do autor é justamente por um socialismo liberal-democrático.

O termo “liberal” possui múltiplas definições que variam conforme o Estado e entendimento doutrinário, portanto, o que quer se deixar preconizado aqui é que o liberalismo econômico, como doutrina, aplica as virtudes de mercado natural normatizado contra as patologias da intervenção estatal (MORAES, 2014).

Segundo Moraes (2014, p. 271):

A nova ordem inaugurada pelo Estado Liberal tem como aspecto central um mercado natural no qual a pauta de atuação de todos os participantes é a realização de seus interesses individuais sem amarras, em substituição a um mercado artificial, prenhe de restrições sobre a produção (corporações de ofício) e calcado pela insegurança gerada pelo poder incontestável do soberano.

De fato, atualmente possuímos diversas teorias do Estado, enquanto uma investigação o Estado reflete, de alguma forma, vontade geral e só a vontade geral, não condicionada por relações de poder econômico, outra investigação analisa o Estado capitalista no contexto de uma sociedade de classes marcada por desigualdades políticas e econômicas inerentes (CARNOY, 1988).

Para Carnoy (1988, p. 312) “a visão predominante do Estado, ao menos na América, está enraizada, como mostramos, mais numa tradição e pensamento liberal do que em ideias (sic) marxistas.” A partir desse entendimento o autor subdivide as teorias liberais em dois grupos: o liberalismo e o corporativismo.

No primeiro grupo do modelo liberal, delimita-se o posicionamento de Smith que remete que o Estado está em constante embates “entre fazer parte de uma sociedade civil definida em oposição ao imperfeito “estado da natureza” (CARNOY, 1988, p. 313).

Já no segundo modelo liberal, defendido por Bentham e Mill, é alegado que o Estado como um instrumento dos interesses populares, ou seja, “uma vontade que incluía os interesses coletivos da classe trabalhadora não proprietária, ele também poderia ser colocado contra a sociedade civil burguesa” (CARNOY, 1988, p. 314).

Por outro lado, a teoria que defende o corporativismo objetiva preservar o Estado liberal dos limites que a democracia impõe ao setor econômico do Estado. Portanto, ao invés de limitar o poder burocrático independente, o corporativismo procura ampliá-lo (CARNOY, 1988).

Frisa-se que as teorias do Estado firmadas na teoria marxista e na perspectiva de classe divergem fundamentalmente das teorias liberais na percepção em que se propõe que o Estado é uma expressão ou condensação de relações sociais de classe, e ainda essas relações determinam a dominação de um grupo sobre o outro (CARNOY, 1988).

Atualmente as vertentes marxistas são definidas principalmente por negarem a existência de uma teoria universal sobre o Estado e se basearem em análises históricas específicas no seio das concepções universais relativas ao Estado e a sociedade capitalista.

Segundo Carnoy (1988, p. 317) as análises marxistas:

[...] defendem (a) que a natureza de classe do Estado é expressa através da "estrutura" do desenvolvimento capitalista ou das relações de produção, e (b) que o controle da classe dominante sobre o Estado é contestado nos aparelhos políticos pelas classes subordinadas e os movimentos sociais.

De fato, Marx defende que o Estado, manifestando-se das relações de produção, não simboliza o bem-comum, mas é a exteriorização política da estrutura de classe inerente à produção.

### 2.3 Estado e o neoliberalismo

O crescimento das ideologias neoconservadoras na América Latina teve um impacto imenso e radical nas disputas sociais e políticas nestas sociedades. Novas proposições formam os compromissos de um neoliberalismo possuído por um entusiasmo religioso, ao qual busca derrubar o Estado que está prosseguindo para a democracia e preconizar o mercado como a evolução final da liberdade de nossas sociedades (SANTOS, 2020).

O pensamento neoliberal contemporâneo pode ser comparado com um liberalismo econômico, ou seja, preconiza o mercado e sua concorrência, busca a autonomia empresarial. Sua ideologia representa antigos interesses da burguesia criados na época do capitalismo concorrencial (BOITO, 1999, p. 23).

Desse modo, o neoliberalismo enquanto liberalismo não possui interesse na defesa da democracia. O primeiro caso de implementação do neoliberalismo na América Latina, executado no Chile, ocorreu através de uma política ditatorial. No entanto, mesmo nos Estados em que é mantido a democracia formal, são executadas medidas autoritárias que visam a limitação mesmo à democracia burguesa (BOITO, 1999, p. 25).

Podemos destacar o fortalecimento do neoliberalismo após o denominado fim dos "anos de ouro do capitalismo", ao qual compreende quase 30 anos de um crescimento consolidado da economia logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Aproximadamente na década de 1970, com o seu declínio, a crise dos Estados e do petróleo são instauradas preparando o capitalismo para entrar em um novo estágio, o qual é marcado pela predominância financeira, pelo aumento do valor do dólar americano e pelo surgimento da terceira revolução industrial (PAULANI, 2006, p. 72).

Logo, a crítica neoliberal ao Estado se manifestou também após um longo período de ditadura, em que a maioria das nações latino-americanas buscavam estabilizar suas

conquistas democráticas recentes no contexto de uma crise econômica. O desafio era duplo: vencer a crise e instituir a democracia e, para isso, inevitavelmente, submeter a questão do Estado a um novo exame (SANTOS, 2020).

A atribuição do Estado no desenvolvimento econômico latino-americano desde a Segunda Guerra Mundial e as várias experiências neoliberais realizadas após esse período, pouco afetam outros componentes do liberalismo, deixando fortes influências no mercado, na iniciativa privada e na desregulamentação da economia (SANTOS, 2020).

Além disso, o Estado que desde a década 1930 era o meio visado para o enfrentamento da crise, começa a ser visto na década de 1970 pelo neoliberalismo como o principal causador do seu crescimento no continente latino-americano por meio do saturamento financeiro ocasionado pela dívida externa. Apontando, dessa forma, possíveis soluções baseadas no mercado (SANTOS, 2020).

Para a teoria neoliberal as liberdades individuais são exercidas pela liberdade de mercado, sendo um grande exemplo de atitude similar os posicionamentos do EUA no Oriente Médio, principalmente no Iraque onde exerceu-se um tipo específico de aparelho de Estado cujo objetivo principal era conceber circunstâncias favoráveis à acumulação lucrativa de capital nacional ou estrangeiro (HARVEY, 2008, p. 09).

Já para a maioria dos países periféricos, o liberalismo seguia sendo distante, o neoliberalismo após 1980 resultou em índices baixíssimos de desenvolvimento e de diminuição da pobreza. Uma realidade totalmente diferente dos Estados centrais ou imperialistas que investiam na política redistributiva e na criação do Estado de “bem-estar social”, avançando imensamente sua economia e suas políticas sociais (HARVEY, 2008, p. 10).

Desse modo, é nítido que o neoliberalismo não repercute igualmente em todos os Estados, sendo essencial diferenciar as particularidades dos países periféricos e dos países centrais para uma maior compreensão de seus impactos em cada região (BOITO, 1999, p. 31).

No Brasil, apesar da falta de discernimento, a neoliberalização foi defendida fortemente pela burguesia nacional devido à esperança de internacionalizar de vez seus privilégios, mesmo que, antagonicamente, utilizassem todos princípios neoliberais para classificar as relações de mercado (PAULANI, 2006, p. 87).

No fim dos anos 1980 o Brasil passava por vários processos de reformulação com a nova democracia e com a elaboração da CRFB/88, persistindo os índices colossais de inflação, a inconstante valorização financeira e a ineficaz fiscalização dos gastos do Estado.



Dessa forma, graças a essas especificidades históricas e a propagação das ideologias neoliberais no Brasil, desde o início da década de 1990, realizaram-se transformações imperativas para enfrentar esses empecilhos junto às privatizações e a abertura comercial (PAULANI, 2006, p. 90).

A década de 1990 foi marcada pela rejeição ao projeto de industrialização por substituição de importação, já que ele foi qualificado como ineficiente e com altos índices de corrupção, resultando no crescimento de nossas despesas do Estado e na própria recessão econômica. Marcando, portanto, o início da política neoliberal brasileira, cujas estratégias empregadas no governo de Fernando Collor de Mello, foram mantidas nos governos subsequentes de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (PAINCEIRA; CARCANHOLO, 2002, p. 6).

É importante destacar também que o início da política neoliberal no Brasil determinou a eclosão de uma nova relação entre a nossa economia dependente e o sistema imperialista como um todo, agravando, portanto, a nossa dependência e se manifestando nas nossas constantes crises cambiais que são fruto da falta de autonomia nacional da política econômica pela liberalização financeira externa e pela própria âncora cambial (PAINCEIRA; CARCANHOLO, 2002, p. 6).

O que se considera essencial evidenciar nesse artigo é que a estratégia neoliberal adotada a partir desse período rebaixou totalmente as condições de vida da classe trabalhadora em prol das transferências internacionais de valor e que a política neoliberal representada pelos governos de Collor e de Fernando Henrique Cardoso não são idênticas a dos governos Lula e Dilma na década de 2000.

Os governos Petistas de Lula e Dilma têm diferenciações dos governos anteriores já que a própria crise dos governos neoliberais proporcionou uma modificação no capitalismo “flexível” pelo viés político “neodesenvolvimentista”. O que quer se deixar claro é que não houve o fim da política neoliberal, mas uma maior abertura para uma suposta política do neodesenvolvimentismo com uma atenção para a distribuição de renda e no crescimento do gasto público (ALVES, 2014).

É extremamente importante esclarecer que o governo Lula, contrariamente ao que muitos acreditam, não estava se pautando em “alternativas” para o neoliberalismo ao instituir políticas sociais em um domínio econômico predominantemente conservador. Apesar de ser caracterizado como governo de esquerda, era necessário que o PT exercesse uma política que buscasse resultados sólidos contra a desigualdade social e lutasse contra interesses individuais e exclusivamente mercantis.

Leda Maria Paulani (2006, p. 98 e 99) demonstra três marcas da ligação do governo Lula ao neoliberalismo: a primeira é a aderência ao processo de transformação do país em uma base de relevância financeira internacional, já a segunda decorre do pensamento do PT de que só há uma política macroeconômica adequada para o desenvolvimento do país. Por fim, a terceira verifica-se na política social aplicada, na qual se cria projetos como o “Fome Zero”, no entanto, retira-se direitos dos/as trabalhadores/as em benefício da própria burguesia.

De fato, embora muitos acreditem que alguns projetos desenvolvidos no governo Lula e Dilma são contra a lógica neoliberal seus resultados não ferem a lógica neoliberal soberana, muito pelo contrário, eles fortalecem os seus interesses.

Percebe-se que no governo Dilma não houve mudanças no processo de contrarreformas, a contrarreforma trabalhista continuava forte com muitos embates para a liberação da terceirização a todas as atividades, preservando-se os privilégios do capital financeiro internacional. A direção macroeconômica que o primeiro mandato do governo Dilma seguiu nunca foi com o viés desenvolvimentista, longe disso, sendo destacada por falhas na política fiscal e pelo beneficiamento dos setores industriais que contribuíram para o enfraquecimento do programa de desenvolvimento social (ALVES, 2014).

Afinal, as políticas supostamente neodesenvolvimentistas empregadas no Governo Dilma, como as de transferência de renda, visavam o crescimento econômico e social, mas também a consolidação do capitalismo no Brasil e a preservação da burguesia na hegemonia do poder (ALVES, 2014).

Sem dúvidas, no governo Dilma tivemos impactos expressos nos direitos da classe trabalhadora, uma tendência contrarreformista vista na Medida Provisória nº 664 e 665 que na prática limitou o acesso dos trabalhadores ao seguro-desemprego, pensões e auxílio-doença. Além disso, todos os protestos contra os escândalos de corrupção e o rebate incansável da extrema direita contra o PT transformavam o segundo mandato de Dilma insustentável (SILVA, 2019).

Com o golpe e o consequente *impeachment* de Dilma Rousseff, em abril de 2016, finalizava-se o período de governos petistas com uma política neoliberal travestida de neodesenvolvimentistas de crescimento econômico e tomava o poder Michel Temer que traria um fortalecimento ao neoliberalismo e consequentemente uma paralisação econômica similar aos anos 1990.

Dessa forma, as contrarreformas realizadas pelo governo Temer visavam a supressão de direitos trabalhistas, sendo, neste período, promulgada a Lei 13.467 de 13 de julho de

2017, que institui a contrarreforma trabalhista, com a principal justificativa de aumentar os postos de trabalho. No entanto, pelo atual índice de desemprego percebemos que esse resultado não foi alcançado e o principal intuito era justamente a preponderância das exigências do mercado (SILVA, 2019).

O governo de Temer é caracterizado como predominantemente conservador e com índices altíssimos de corrupção, determinando a ascensão de uma ofensiva ultraneoliberal, cuja reprovação popular é massiva. Já na primeira medida realizada em seu governo estabeleceu através da Emenda Constitucional nº 95 de 2016 outra contrarreforma que prevê a limitação dos gastos públicos por 20 anos, impossibilitando o pleno desenvolvimento do sistema de proteção social e prejudicando diretamente às necessidades da classe trabalhadora (SILVA, 2019).

De fato, as diversas contrarreformas instituídas no governo Temer se propagavam nessa direção, justificadas pela crise fiscal do Estado e pela carência constante de ajustes fiscais para ratificar o processo de desmonte do já debilitado sistema de proteção social brasileiro. Tornou-se uma investida perversa que se encaminhou para as diversas expropriações de direitos sociais e trabalhistas realizadas.

Essa tendência se mantém no atual governo Bolsonaro, em que os fundamentos das contrarreformas sociais impostas estão definidas pela teoria neoliberal, com viés conservador e antidemocrático, buscando atender sempre os interesses do capital financeiro internacional.

O governo de extrema-direita estabelecido com a tomada de Jair Bolsonaro no poder simboliza uma neoliberalização autoritarista que se une aos setores mais conservadores da burguesia nacional e internacional e visa os mais extremados mecanismos de expropriações contemporâneas, coletivizando os custos da crise do capital com a classe trabalhadora (SILVA, 2019).

Sendo assim, é visível que por mais que a neoliberalização brasileira seja um processo que se consolidou tardiamente, em comparação com os outros países da América Latina, a política neoliberal ainda tem interesse em expandir muito o seu domínio no Brasil, promovendo mais privatizações, aberturas econômicas e desmantelamentos de direitos e políticas sociais.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do presente artigo é possível concluir que a política neoliberal brasileira se fortalece cada dia mais por meio da soma de seus fundamentos com a política econômica do Estado, para a qual contribui de modo a manter a posição periférica do Brasil na divisão internacional do trabalho. Afinal, a atual política econômica estabelece uma classificação das frações burguesas e privilegia certas classes que estão a frente do poder.

Dessa forma, a neoliberalização do Estado propicia a privatização das políticas sociais, tornando o desempenho estatal fiscalizador no enfrentamento de muitos problemas sociais, aumentando a pobreza e a desigualdade social.

A ideologia neoliberal propaga a ideia de um Estado que possibilita largamente a flexibilidade e a competitividade sem se deixar manipular por reivindicações populares e dos/as trabalhadores/as. A democracia é apontada como um ornamento incapaz de mediação direta na vida econômica e social, elevando a liberdade de conciliação e de disputas no setor econômico.

As contrarreformas e os desfinanciamentos de políticas públicas e sociais impostas exaltam um modelo social fundado para o fomento da competitividade na sociedade brasileira, dizimando a classe trabalhadora por meio da precarização e da flexibilização das relações de trabalho, favorecendo a intensificação da exploração do trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e neodesenvolvimentismo** – choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Canal 6, 2014.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BOITO JR. Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. 1ª Ed. São Paulo. Xamã Editora, julho de 1999.

CARNOY, M. **Estado e teoria política**. Campinas: Papyrus, 1988.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. **Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648>. Acesso em: 21 mar. 2022.

MORAES, Ricardo Quartim de. A evolução histórica do Estado Liberal ao Estado Democrático de Direito e sua relação com o constitucionalismo dirigente. **Revista de Informação Legislativa**. Ano 51, Número 204, out./dez. 2014, p. 269-285.

PAINCEIRA, Juan Pablo; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Abertura financeira e vulnerabilidade externa na América Latina: os impactos sobre Brasil, México e Argentina. **Texto de Discussão IE/UFRJ**, nº 04, 2002.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. São Paulo: Martins, 1942.

PAULANI, Leda Maria. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J.C.F., and NEVES, L.M.W. (org). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, pp. 67-107.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Roberto Santana; PITILLO, João Claudio Platenik; VILLAMAR, María del Carmen Villarreal (Org.). **América Latina na encruzilhada**: lawfare, golpes e luta de classes. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

SILVA, Mossicleia Mendes. O neoliberalismo no Brasil e os ataques à proteção social pública: da ofensiva dos anos 1990 à corrosão dos dias atuais. **Revista Serviço Social em Perspectiva**. Montes Claros, v. 3, n.1, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/256>. Acesso em:

30 mar. 2022.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América:** a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1988.